

"PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA": UM EQUÍVOCO METODOLÓGICO!?! *

Olívio Alberto Texeira **

O limiar do século XXI evidencia uma realidade, o desenvolvimento da agricultura - no contexto do capitalismo - continua a se constituir em motivo de polémica e, ao mesmo tempo, perplexidade para muitos cientistas sociais. Particularmente, neste processo, uma questão desponta como elemento essencialmente controverso: as perspectivas de desenvolvimento da chamada "pequena produção agrícola".

Vários são os trabalhos de diferentes cientistas sociais que, nestes últimos vinte anos, têm se preocupado em explicar este aparente paradoxo no desenvolvimento da agricultura brasileira; a presença persistente da "pequena produção", organizada a partir de relações de trabalho não assalariadas, baseadas preponderantemente na mão-de-obra familiar.

Essa controvérsia produziu - e continua produzindo - na pesquisa social em agricultura no Brasil, uma série de elementos e critérios fundamentais na caracterização dessa forma de produção concreta. Deve-se registrar que, com estas breves reflexões, não se está interessado em discutir estes critérios ou questões diretamente vinculadas à corroboração dessa caracterização. Ao contrário, o intuito é apenas indicar questionamentos, notadamente de caráter metodológico, objetivando demonstrar que, a "pequena produção agrícola" representa, de um lado, em si, uma noção demasiadamente vaga para ter a importância de categoria analítica que assumiu na

(*) Texto apresentado no II Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional: "A Pequena Produção Agrícola" - Mestrado em Sociologia e Sociologia e Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande PB, agosto de 1992.

(**) Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande.

comunidade acadêmica brasileira; e, de outro, suas articulações para explicar o desenvolvimento rural, uma incorreta interpretação de categorias fundamentais na análise do processo de produção capitalista.

I I

Quando se objetiva compreender determinada categoria econômica, deve-se procurar perceber, primeiramente, o que ela representa em si mesma, quais são as articulações/contradições que a sua definição ou formalização expressam. Nesse sentido, é preciso colocar que a noção de "pequena produção" traz em si, subjacente, uma oposição entre a pequena e a grande produção, de um modo que essa questão - o tamanho - torna-se a principal diferença entre as formas de produção que coexistem e, em muitos casos, a principal contradição do desenvolvimento da agricultura.

No entanto, já há bastante tempo, a realidade do desenvolvimento agrícola tem evidenciado que, quanto mais as análises são concretizadas e se observa mais profundamente a questão do tamanho, é cada vez mais perceptível que a dimensão da unidade produtiva não é a questão mais relevante.

É claro, não se pode deixar de reconhecer que existe uma espécie de "patamar" mínimo de tamanho, abaixo do qual torna-se praticamente impossível a viabilidade econômica da produção, para cada uma das situações específicas. Porém, esse "patamar" não pode ser compreendido apenas em termos de área, mas também em quantidade e qualidade dos insumos químicos e mecânicos e em exigência de mão-de-obra. Em verdade, se tratando da dimensão da área, quase todas as formas de produção que experimentarem minimamente o desenvolvimento da produtividade, demonstram que esses "patamares" tendem a ser cada vez mais diminutos. A avicultura, a horticultura, a fumicultura etc, fornecem milhares de exemplos da chamada "pequena produção", que, em realidade, são "grande produção", em termos de utilização intensiva de mão-de-obra e capital.

O desenvolvimento da produtividade na agricultura revela ainda um outro aspecto do caráter inócuo da "pequena produção". Esse desenvolvimento evidencia que a viabilidade econômica das unidades

produtivas de pequeno porte está muito mais ligada à possibilidade ou não de incorporação de novas tecnologias e a outros critérios - localização em relação aos mercados, qualidade (natural ou modificada) do solo, etc - do que à dimensão.

Portanto, em si, a categoria "pequena produção", se revela completamente desprovida de sentido explicativo da realidade, na medida em que explicita um dos critérios menos importantes no desenvolvimento agrícola - o tamanho.

É a partir desta constatação que se coloca o principal problema metodológico com relação à "pequena produção". Ou seja, seu uso corrente nas ciências sociais para interpretar o desenvolvimento agrícola, estabelecendo a análise a partir de uma falsa contradição entre "pequena produção/desenvolvimento capitalista".

Este, como se discutirá a seguir, é o cerne da questão, visto que, longe de facilitar a percepção da realidade, o desenvolvimento delineado nesta ótica, a torna ainda mais complexa e confusa.

1 1 1

A primeira observação a respeito da articulação metodológica em torno da "pequena produção" é que, em muitos dos estudos que se utilizam desta noção na análise, percebe-se uma característica comum: a total identificação do proletário ao assalariado. É esta parece ser a base da questão, na medida em que, é a partir desta evidência - os pequenos produtores não são assalariados - que se desenvolvem todos os argumentos das diferentes "formas de subordinação do trabalho ao capital". Para estes autores, está subentendido o argumento de que proletarização representa necessariamente a expropriação completa dos produtores diretos e o conseqüente assalariamento. Em outras palavras, proletarização significa uma relação direta de assalariamento ou uma relação patrão-empregado. Logicamente, para esta interpretação, se não há assalariamento não há proletarização.

Contudo, apesar do uso da "pequena produção" se basear numa concepção de não proletarização dos produtores, a existência da "exploração" capitalista parece algo consensual, embora a considerem

como outras "formas" de extração do sobretrabalho, em princípio "não-capitalistas", mas a "serviço" da acumulação capitalista ou a ela "mais adequadas"⁽¹⁾. O problema para estes autores é que, no desenvolvimento da "pequena produção", as "formas" de exploração ou de expropriação do sobretrabalho, não se caracterizam por "relações de produção capitalistas". Esta, parece ser uma segunda característica comum nestas análises: o caráter não-capitalista da exploração do trabalho pelo capital (não-capitalista, semi-capitalista, pré-capitalista, etc).

O que interessa reter neste momento é que esta gama de "caracterizações", de "formas" de exploração do trabalho pelo capital, não podem ser explicadas (ou melhor, determinadas) pelas categorias da produção capitalista, mas podem e devem ser analisadas no contexto mais geral da reprodução capitalista. Como se vê, o cerne do problema teórico é que estas interpretações sobrevalorizam o processo de trabalho, o qual imprimiria uma "lógica" produtiva não-capitalista e que se subordinaria à reprodução em geral do capital, a partir de suas relações de circulação (ou comerciais).

Essas conclusões são possíveis porque ocorre uma confusão metodológica fundamental entre duas categorias: as relações sociais de produção que se confundem com as relações internas de trabalho e o entendimento do processo de proletarianização que se confunde com o de assalariamento.

(1) As análises de MARTINS (1986) e VERGOUPOLOS (1977), são especialmente ilustrativas sobre esta questão. Segundo este último autor, "o capitalismo não exclui, em seguida, tudo que lhe é exterior. Seu MODUS OPERANDI é, ao contrário, o de integrar em seu processo de reprodução todos os elementos exteriores como FONTES SUPLEMENTARES DE RENDIMENTOS. Eis porque o capital não visa, necessariamente, a extensão do MPC mas sobretudo, a INTERCEPÇÃO de renda e lucro agrícola em proveito do MPC." VERGOUPOLOS (1977:153). Para MARTINS (1986), "o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais..." MARTINS (1986: 21)

Ao que tudo indica, as análises a partir da "pequena produção", não compreendem as "relações sociais de produção" na sua dimensão necessária. Ora, não se trata de analisar as formas concretas da produção com as categorias de análise apenas do processo IMEDIATO da produção, mas sim, entendendo-as como elementos metodológicos da análise do processo GLOBAL da produção e reprodução capitalista, o qual incorpora a circulação com seus efeitos diretos e indiretos. Portanto, é preciso entender que o processo de trabalho pode ter variantes tão diversas, que sua forma pode até mesmo negar ou esconder a natureza capitalista - como é o caso da "pequena produção agrícola" - mas não deixará de estar subordinado ao circuito geral da "reprodução" das relações sociais de produção capitalistas. Numa palavra, o processo de trabalho, em si, não determina as relações de produção, mas ao contrário, é determinado por elas.

Isso significa que ressaltar o caráter não-capitalista das relações de trabalho familiares da "pequena produção", considerando-a exploração de um setor não-capitalista, constitui-se numa grave confusão metodológica. Sem dúvida, é um erro metodológico que revela a própria não compreensão do papel teórico das categorias na análise do desenvolvimento capitalista. A postura metodológica correta deve, num primeiro momento, apresentar as categorias que, na essência, explicitam a natureza das relações de produção. Estas categorias não têm, no mundo real (na sua aparência), seu conteúdo expresso, a não ser por formas diversas que, na maior parte das vezes, negam e dissimulam esse conteúdo, formas que "fetichizam" sua natureza capitalista, apesar de estarem determinadas por elas.

Essa postura implica que se "amplie" o entendimento do processo de proletarianização além das relações de trabalho assalariadas, de tal modo que este explique a "subordinação da pequena produção ao capital". Com esta concepção "ampliada" do conceito de proletarianização não se cai no falso dilema da destruição ou recriação da "pequena produção", que ela, como categoria, sugere, compreendendo este duplo

movimento como parte integrante do mesmo processo: a proletarização⁽²⁾.

I V

Por fim, deve-se registrar que os argumentos apresentados, aqui, procuram demonstrar a inexpressividade da "pequena produção" como categoria da agricultura, através de duas questões fundamentais: de um lado, porque ela representa em si uma falsa oposição - e leva a uma falsa interpretação - do desenvolvimento agrícola; e, de outro, porque significa uma articulação metodológica incorreta na análise da realidade.

Poderia ter-se discutido o conjunto dos outros parâmetros (mão-de-obra familiar, subsistência, acumulação ou não, etc.) procurando identificar quais deles melhor representariam esta forma de

(2) LENIN (1981), ao analisar a situação da "pequena produção" na agricultura russa, também ressalta o caráter proletário dessa forma de produção. De acordo com este autor, "...entre el proletariado rural debe incluir-se, por lo menos, la mitad de todas las haciendas campesinas. (...) Cabe agregar que en nuestras obras se comprende a menudo con excesiva rigidez la tesis teorica de que el capitalismo requiere un obrero libre, sin tierra. Eso es del todo justo como tendencia fundamental, pero en la agricultura el capitalismo penetra con especial lentitud y através de formas extraordinariamente diversas. La asignación de tierra ao obrero del campo se efetua a muy a menudo en entredés de los mismos propietarios rurales, y por eso el tipo del obrero rural con parcela es propio de todos los países capitalistas. (...) Cada uno de ellos ostenta las huellas de un regimen agrario peculiar, de una historia peculiar de relaciones agrarias, PERO ESO NO ES OBSTACULO PARA QUE EL ECONOMISTA LOS INCLUYA EN UN MISMO TIPO DE PROLETARIO AGRICOLA. La base juridica de su derecho al troza de tierra es del todo indifente para essa calificacion." LENIN (1981:183-4) (grifos de O.A.T.) SILVA (1981) também chega a estas conclusões na análise da "pequena produção e as transformações da agricultura brasileira". Segundo este autor, "é fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como o processo de subordinação do trabalho ao capital e não apenas como expropriação completa dos meios de produção." SILVA (1981: 51) estudando as formas "independentes" do trabalho urbano, MALAGUTI (1992), também chegam a conclusões similares a estas, fornecendo uma nova noção que explica esta identificação entre os assalariados e os independentes: o "assalariado em idéia". Segundo este último autor, "...os 'independentes' e os 'assalariados' estão submetidos a um conjunto de normas e de valores que compõem a ideologia do sistema salarial. Ora, 'ELES SÃO ENTÃO TANTO ASSALARIADOS' QUANTO 'INDEPENDENTES', ASSALARIADOS EM IDÉIA..." MALAGUTI (1992) (grifos de O.A.T.).

produção do que o tamanho ("pequena"). Entretanto, essa não é a questão central. Participar deste debate, significaria perder a dimensão da análise necessária, e não se perceberia o fundamental: que é **SOBRE e A PARTIR** deste segmento produtivo da agricultura que o desenvolvimento capitalista processa sua própria expansão e concentração.

V - BIBLIOGRAFIA

- LENIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Ed. Progreso, Moscou. 1981.
- MALAGUTI, M. L. *Le salariat incostesté: une approche du monde du travail à Campina Grande*. Tese de doutorado em economia. Univesidade de Picardie. Amiens. 1992.
- MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. 3º edição. Ed. Hucitec. São Paulo. 1986.
- SILVA, J. G. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Ed. Hucitec. São Paulo. 1981.
- VERGOUPOLOS, K. "O capitalismo disforme". In: AMIN, S & VERGOUPOLOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.